

O TRABALHO DOCENTE EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS: análises cartográficas

*Cecília Raquel Climério da Costa
Maria Clara Hilário Toscano Meneses
Cristina Miyuki Hashizume*

Resumo

O presente estudo tem como objetivo geral cartografar o trabalho do educador em unidades socioeducativas ao identificar os saberes dos docentes, que se constroem a partir do rebatimento de influências institucionais de segurança pública e da educação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que emprega a pesquisa-intervenção e a cartografia como método de produção de entrevistas semi-estruturadas. Os sujeitos da pesquisa são professores, coordenadores e diretores que atuam ou atuaram em centros socioeducativos em duas cidades de médio porte no Nordeste do Brasil. Após análise cartográfica, construiu-se as seguintes categorias: condições de trabalho, saber docente, saúde mental e trabalho. Como considerações finais, visualiza-se os empecilhos estruturais dos centros socioeducativos, a restrição do trabalho do professor e o isolamento social destes como pontos latentes. Portanto, pesquisas e debates precisam ser difundidos para o fomento de intervenções em centros com infraestrutura e práticas não adequadas.

Palavras-chave: Trabalho docente; Socioeducação; Saúde mental e trabalho; Método cartográfico.

TEACHING WORK IN SOCIO-EDUCATIONAL UNITS: cartographic analysis

Abstract

The general objective of this study is to map the work of educators in socio-educational units by identifying the knowledge of teachers, who construct it based on institutional influences on public security and education. The approach carries out qualitative research, while the method used is intervention research with cartography, through the use of a digital interaction platform, it performs semi-structured interviews. The research subjects are teachers, coordinators and directors who work or have worked in socio-educational centers in two medium-sized cities in the Northeast of Brazil. After cartographic analysis, categories are constructed: working conditions, teaching knowledge, mental health and work. That said, the structural obstacles of socio-educational centers, the restriction of teachers' work and their social isolation are seen as latent points. Therefore, research and debates need to be disseminated to promote interventions in centers with inadequate infrastructure and practices.

Keywords: Teaching work; Socio-education; Mental health and work; Cartographic method.

TRABAJO DOCENTE EN UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS: análisis cartográfico

Resumen

El objetivo general de este estudio es mapear el trabajo de los educadores en las unidades socioeducativas mediante la identificación de los conocimientos de los profesores, que lo construyen a partir de las influencias institucionales en la seguridad pública y la educación. El enfoque lleva a cabo la investigación cualitativa, mientras que el método utilizado es la investigación de intervención con la cartografía, mediante el uso de una plataforma de interacción digital, realiza entrevistas semi-estructuradas. Los sujetos de la investigación son profesores, coordinadores y directores que trabajan o han trabajado en centros socioeducativos de dos ciudades medianas del Nordeste de Brasil.

Después del análisis cartográfico, se construyen categorías: condiciones de trabajo, conocimiento pedagógico, salud mental y trabajo. Sin embargo, los obstáculos estructurales de los centros socioeducativos, la restricción del trabajo de los profesores y su aislamiento social se consideran puntos latentes. Por lo tanto, es necesario difundir investigaciones y debates para promover intervenciones en centros con infraestructura y prácticas inadecuadas.

Palabras clave: Trabajo docente; Socioeducación; Salud mental y trabajo; Método cartográfico.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo geral cartografar o trabalho docente e suas condições de trabalho no sistema socioeducativo a partir do cenário de duas cidades do interior do Nordeste e, especificamente, identificar saberes docentes construídos a partir da prática docente no sistema socioeducativo decorrentes das interferências institucionais da segurança pública e da educação, além de problematizar as condições de trabalho como fundamentais para se compreender a relação entre saúde-trabalho em foco e seus rebatimentos na qualidade da função desempenhada pelos docentes.

As preocupações com a saúde do professor, em especial no contexto brasileiro, apesar de recentes, indicam que os problemas de saúde que afetam a categoria estão intimamente relacionados ao tipo de trabalho exercido, ao fato de estar relacionado à formação de outros sujeitos, ao excesso de trabalho, à precarização do trabalho, à perda de autonomia, à sobrecarga de trabalho burocrático, ao quadro social e econômico e às condições de vida dos alunos, entre os principais fatores (Codo, 1999; Lemos, 2005; Esteve, 1999; Landini, 2008; Hashizume, 2018).

Dejours (1998) teoriza que as demandas de trabalho e da vida podem ser fontes de ameaça ao próprio trabalhador, causando riscos de sofrimento, e as compara a uma doença contagiosa, a qual deve ser encarada e tratada como tal. Na Psicodinâmica do Trabalho, Dejours (1998) salienta que a saúde no trabalho não traduz a ausência de sofrimento, mas a maneira que cada trabalhador tem de resiliência, utilizando recursos acessíveis para criar estratégias elaboradas para enfrentarem, mentalmente, a situação de trabalho, sendo essas estratégias tanto individuais como coletivas.

Para Marx (1993), o trabalho é a atividade por meio da qual o ser humano produz sua própria existência, se tornando imprescindível para suprir as necessidades humanas. Todavia, quando as condições, referentes ao observado na pesquisa, mostram a ausência de políticas públicas e de ações institucionais com vistas a garantir a qualidade de vida no trabalho, esta atuação torna-se fonte de infelicidade, de esgotamento e de negação da condição de humanidade do próprio educador.

A precarização do trabalho indica uma unidade com valor unicamente produtivista, algo que influencia na realidade subjetiva vivida pelos docentes, uma vez que ao tentarem se adaptar ao sistema, adotam estratégias de defesa que são as mediações ao sofrimento, tais como a dissimulação, a hiperatividade, o cinismo, o desprezo, a desesperança em ser reconhecido, a negação dos riscos inerentes ao trabalho, o desgaste mental, a sobrecarga do trabalho, entre outros (Bernardo et. al, 2011).

Frente à flexibilização das relações na docência, e tendo em vista debates sobre o gerencialismo na educação, percebe-se que tal lógica acaba por promover um modo de funcionamento alinhado à perspectiva quantitativa de hiperprodução acadêmica (Hashizume,

2018). Esses professores que, agora, em sua maioria, não são efetivos, são postos em um cenário no qual precisam submeter-se às condições que lhe são impostas, assim como obedecer à forma de gestão do curso, sem haver um espaço para reivindicação dos seus direitos, como a liberdade e autonomia em sala de aula.

Para Foucault (1979) o sujeito é formador da sua própria existência, sua subjetivação sendo um domínio de uma ética da liberdade. Nessa perspectiva, o poder não é apenas negativo, também é edificante, o qual pode formar uma construção de múltiplas possibilidades e condições de ser sujeito na realidade. Ao mesmo tempo em que, para o autor, o poder não é de uma pessoa ou grupo, mas circula pelos espaços, em que grupos ora exercem, ora sofrem. Pode-se pensar na pesquisa acerca da relação entre alunos, agentes educativos e professores, e em como essas relações de poder influenciam nesses grupos.

Nesta mesma linha, Machado (1979) traz a interpretação do poder como uma forma de ação, isto é, algo que se exerce, funcionando por toda a estrutura social. Assim, surgem as relações de poder, as quais não se situam em contextos de confronto e repressão, mas em situações estratégicas, isto é, por meio da motivação, do aconselhamento e do conduzir.

Depois, as medidas socioeducativas são ações em que o Estado, a partir de um ato infracional executado por um adolescente e recorrendo aos princípios de proteção integral à criança e ao adolescente estabelecida na Constituição brasileira de 1988 e regulamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desenvolve sanções que visam (re)socializar tal indivíduo.

A finalidade das medidas socioeducativas não é a de isolar o adolescente da sociedade, mas incluí-lo a partir de uma unidade de atendimento socioeducativa, durante um período de reconstrução e organização para a vida em sociedade. O ECA se soma às normativas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulariza e organiza órgãos de atendimento ao adolescente infrator, o qual possui um conjunto estruturado de princípios, regras e critérios, que envolvem desde a execução das medidas socioeducativas, as quais protegem o direito desses jovens, até a assistência multidisciplinar dos professores, que efetivam a reinserção social, operando a favor da educação como um meio para esse objetivo (SINASE, 2006).

Por foco de pesquisa, tal política pública será pormenorizada voltada para os docentes, trabalhadores em contato profundo com a instituição socioeducativa, tanto a nível simbólico, quanto afetivo, intelectual, físico, coletivo e individualmente. Seres marcados por estigmas, preconceitos e fatores estressores. Diante disso, sobre o distanciamento que os educadores sofrem pela sociedade, ao associar com Goffman (2004, p.07-08), o conceito de estigma é formulado como um traço, o qual impossibilita que a pessoa seja aceita no meio social, pois este o exclui por sua característica diferente, até afasta seus outros atributos, dando atenção somente a esse elemento diverso.

Logo, por causa da característica negativa que é atribuída aos jovens e aos centros, por transferência, aqueles que possuem vínculo com tais instituições sofrem com estigmatização.

Esta pesquisa revela-se como fundamental para o aumento de diálogos acerca das condições de trabalho de educadores nas unidades socioeducativas, pois tais sujeitos, como

já foi posto, carecem de autonomia em sala de aula e de garantia de direitos, o que será esmiuçado posteriormente.

Ao demonstrar perspectivas de dois cenários, problemáticas são trazidas à tona, como a insuficiência de materiais para o professor utilizar em sala de aula, a precariedade em que os centros se encontram, entre outras, o que são impasses que precisam ser melhorados. Por isso, espera-se que, com a propagação dos relatos e do estudo imbricados, exista a mobilização da sociedade no sentido de cobrar o poder público para a transformação de práticas e contextos que podem ser fruto de adoecimentos trabalhistas nas unidades.

Dessa forma, ao entendermos a especificidade da educação no meio socioeducativo como repleto de nuances, desafios e restrições, o trabalho do educador é atravessado pelas influências institucionais de segurança pública e da educação em si, assim como mobiliza tal contexto também. Portanto, com fins de organização e de criar um trabalho profícuo e sensível às realidades, a pesquisa foi dividida em: estudos/debates, realização de entrevistas semi-estruturadas e a anotação dos dados produzidos.

De início, houve o estudo dos textos e debates em reuniões formadas pelas alunas e orientadora para o aprofundamento da construção de conhecimentos acerca do sistema socioeducativo e da vivência do professor neste meio. Utilizou-se o embasamento teórico da legislação que rege o sistema socioeducativo, como o SINASE (Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo, 2006), mas também aquela que protege as crianças e adolescentes, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). Além disso, autores da Psicologia, Filosofia e Sociologia, como como Karl Marx (1993), Goffman (2004), Machado (1979), Foucault (1979) e Hashizume (2020) foram lidos e debatidos para o surgimento de espaços de diálogos mais abrangentes e ricos em perspectivas distintas.

Em segundo lugar, por se tratar do método cartográfico, deu-se valor à representação dos sujeitos de pesquisa, isto é, dos entrevistados não como objetos, mas sim como pessoas ativas na construção da pesquisa também ao impactar as pesquisadoras, formando novos saberes. Por isso, as entrevistas semiestruturadas, executadas por vídeo-chamada, configuram-se como forma de auxiliar as pesquisadoras a conhecerem as realidades dos centros socioeducativos de duas cidades de médio porte no Nordeste e, especificamente, a entenderem as vivências trabalhistas do público alvo, os educadores.

Por fim, foram realizadas as transcrições das entrevistas, por meio da mediação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) consentido pelas partes, com o intuito de produzir dados representativos, verdadeiramente, das falas escutadas. Logo, este artigo retrata o empenho das pesquisadoras, professora-orientadora e entrevistados, ao refletir sobre o trabalho docente no contexto ainda pouco explorado das unidades socioeducativas, propondo uma visão mais questionadora, ao apresentar debates acerca de como são impactantes a segurança pública e a educação como instituições na prática cotidiana do educador, ou seja, na formulação dos seus saberes e, não só isso, é defendido como as condições de trabalho influenciam diretamente na interligação saúde-trabalho do docente.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada é de cunho qualitativo, porque vimos a necessidade de abordar as subjetividades e particularidades dos entrevistados, dando luz ao caráter único e pessoal daquele que vive ou viveu a Socioeducação, principalmente a docência, já que são funcionários de vital importância para a ressocialização e reintegração do sujeito em conflito com a lei, e que enunciaram condições precárias em seu trabalho, as quais se mostraram como essenciais de serem problematizadas.

Devido ao caráter fundamental da subjetividade da experiência e do olhar voltado para a complexidade das interações sociais e da relação docente- unidade socioeducativa, o método cartográfico serviu de guia e de base para a experimentação da pesquisa, a qual necessitou do envolvimento das autoras com as situações vividas pelos sujeitos da pesquisa, visando a discussão e a transformação das entrevistadoras e dos entrevistados, impactando realidades. De acordo com Hashizume (2020, p. 08) “Cartografar, nesse sentido, é acompanhar processos e compreendê-los. Sem se propor a representar objetos, a cartografia reinventa a metodologia de pesquisa, propondo movimentos.”

Os dados produzidos foram obtidos com auxílio de entrevistas semiestruturadas, das quais participaram docentes que atuam e atuaram em unidades socioeducativas na região do Nordeste. Ao todo, foram entrevistados quatorze (14) professores, um (1) ex-diretor e dois (2) coordenadores. As entrevistas foram mediadas a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por ambas as partes. Estas foram realizadas entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro de 2022, com o auxílio da plataforma Google Meet (serviço de vídeo chamada criado pelo Google que proporciona a formação de reuniões e bate-papos), com a duração de, no máximo, duas horas por encontro.

De forma contínua, o perfil dos participantes era de homens e mulheres adultos, entre vinte e cinquenta anos, com a amostra formada majoritariamente por mulheres. Atuantes em centros socioeducativos, de caráter público, possuem cargos distintos, como foi supracitado.

Para a realização das entrevistas, utilizou-se os contatos que a professora orientadora possui com as duas instituições, pois assim a comunicação foi mais efetiva e objetiva. As reuniões foram gravadas para a sua transcrição ser executada, o que foi acordado por ambas as partes nos primeiros momentos da reunião com o auxílio do TCLE. Foi garantido o anonimato e preservação da imagem dos entrevistados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual era lido pelas entrevistadoras todo início de vídeo-chamada, antes das perguntas serem feitas, para garantir que o outro tivesse seus direitos preservados e esclarecidos, assim como compreendessem bem o tema e os objetivos da pesquisa.

Usou-se como base um roteiro semi-estruturado de perguntas, as quais são: quais são as diferenças que você vê entre o sistema de ensino convencional e o socioeducativo; como funcionam as aulas; quais são as dificuldades percebidas nesse contexto; qual é a relação estabelecida entre professor e jovem em conflito com a lei; qual era a imagem que o trabalhador possuía da unidade socioeducativa antes de passar a trabalhar nela, e depois, o que mudou.

Ao compreender o método cartográfico como um profundo movimento, deu-se voz aos sujeitos da pesquisa para que ficassem à vontade de adentrar em outros temas, se

sentissem a necessidade para tal e, não só isso, as pesquisadoras participaram ativamente do processo de produção de dados, visto que a interação entre elas e os participantes que contribuiu para a formulação da pesquisa e para transformação dos sujeitos e das pesquisadoras.

Em conclusão, em reuniões realizadas entre as pesquisadoras e a professora-orientadora, antes mesmo do início das entrevistas, buscou-se o estudo de legislações, como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), assim como a leitura de sociólogos, psicólogos, filósofos, como Karl Marx (1993), Goffman (2004), Machado (1979), Foucault (1979), Hashizume (2020), entre outros, com a finalidade de construir interações ricas e profícuas entre os conhecimentos dos diferentes autores, contribuindo para uma visão aberta e que leve em consideração os distintos aspectos sobre o trabalho docente no contexto em questão.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados obtidos a partir das entrevistas se referem aos registros, diários de campo em diferentes contextos e depoimentos dos profissionais envolvidos. Com base nas análises, os depoimentos foram agrupados em categorias, listadas a seguir: 1. Condições de trabalho; 2. Saber docente; 3. Saúde mental e trabalho.

Categoria 1 - Condições de trabalho

No sistema socioeducativo, as condições de trabalho se apresentam de forma distinta, devido às suas especificidades em que os docentes exercem seu trabalho de lecionar, sendo passivos de burocratização do SINASE e da instituição com o objetivo de ampliar as possibilidades de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas traçarem novas perspectivas para o futuro e romper com a violação de seus direitos. No SINASE (Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo), é apresentado um manual sobre como deve se estruturar esse tipo de sistema no cenário brasileiro. Apesar disso, a realidade difere-se do que está descrito nas medidas do SINASE, como pode ser visto no trecho abaixo:

Aqui no (local), não é uma unidade socioeducativa padrão de SINASE, haja vista lá era um convento que depois passou a ser um abrigo que daí foi doado para um centro socioeducativo, mas ele não tem os padrões do SINASE, é uma estrutura muito antiga e não é construída em módulos, que o SINASE referencia. Então, ela para de se molhar e dá uns dez minutos ela quebra. (Ex-diretor de uma unidade socioeducativa)

Os problemas estruturais das instituições são empecilhos que ocorrem a algum tempo, prejudicando a possível execução das medidas socioeducativas. O poder público deve ser responsável pela aplicação correta dessas medidas aos adolescentes, todavia há uma linha tênue entre a questão do sistema socioeducativo e na questão penitenciária.

Para o ECA o adolescente não está sujeito às mesmas sanções aplicáveis aos adultos (maiores de dezoito anos) e previstas no código penal. “O adolescente recebe a chamada medida sócio-educativa, que obedece aos princípios da brevidade e da excepcionalidade, devendo ser de caráter pedagógico.” (Bastos, 2002, p. 43).

Todavia, não há autonomia no planejamento escolar para esse professor, regularmente é podado seu comportamento, suas aulas, seu planejamento dentro da Instituição, o que gera padronização desses, limitando sua criatividade e motivação, onde o caráter pedagógico do sistema socioeducativo é moldado às regras que o enfraquecem. É restringido a ele de forma clara a promoção de aulas diversificadas, com materiais distintos, mesmo que estes objetos não apresentem risco aos docentes e jovens:

É, cada vez vão tirando mais. Os jogos que eu tinha que eu usava com eles que eu comprei uns jogos, quebra-cabeça que assim não tem risco, é papel, né! Não é nem “mdf”, é papel mesmo, aqueles quebra cabeçazinho, de montar jogos com palavras, é... infelizmente jogaram minhas coisas tudo no lixo, eu voltei, tava jogado no lixo. Os cadernos deles, arrancaram as folhas e jogaram no lixo. Assim, eu me sinto às vezes, assim, até impossibilitada de ter as coisas, de guardar as coisas e de usar, né. Sem autonomia, vamos dizer assim, sem autonomia de ter as coisas direitinho. (Professora 14)

A situação traz um relato de opressão, exploração e alienação daquele trabalhador, que passa a desenvolver a percepção adequada à normatização de que está subordinado àquele meio, onde alguns podem assumir um papel passivo, onde não reconhece e não controla mais o fruto de seu trabalho, que neste caso seria o aprendizado, progresso e ressocialização efetiva dos adolescentes, e seu crescimento no magistério e como pessoa.

De acordo com Marx (1848), a mudança no ambiente laboral afeta a todos que lá estão inseridos, e realizando um paralelo com essa realidade, já com a apropriação dos recursos que deveriam ser destinados às aulas, à disseminação do conhecimento, existe a redução na qualidade da medida socioeducativa, a qual é pautada na prática educacional, portanto, é primordial a garantia legítima dos instrumentos institucionais utilizados pelos professores e socioeducandos.

O ambiente socioeducativo demanda algumas condições e comportamentos atípicos, não experienciados fora das unidades, atrelados aos docentes, como a limitação e fiscalização dos materiais utilizados em sala de aula. Podendo ser evidenciado no relato a seguir:

Eles não podem levar para os quartos, né... que eles dormem. E aí tinha toda essa necessidade que a gente teve que aprender a contar os materiais que a gente entra em sala de aula. E aí a gente tem que.. se tiver sete alunos em uma sala, tem que entregar os sete lápis, tem que entregar os cadernos, e a gente também tem que conferir no final, porque se sumir um lápis ou alguma coisa, a gente ali tá responsável e aí tem todo aquele rebuliço de encontrar o material. (Professora 10)

Ademais, nota-se que a posição de professor no modelo socioeducativo requer uma responsabilidade maior, inclusive à segurança e com a preocupação acerca do que se utiliza em sala, na contagem dos materiais. Evidencia-se na fala da professora que essa necessidade institucional limita o ensino, uma vez que só pode ser experienciado em sala, e acrescenta-se uma responsabilidade ao professor no que tange à preocupação de se manter atento na quantidade de materiais que podem ser utilizados pelos adolescentes, pois instrumentos como lápis, lapiseiras, entre outros, podem acarretar falhas na segurança e tentativas de fugas. Os professores tentam superar esses percalços, como pode ser observado abaixo:

[...] dificulta o trabalho da gente é a parte de suporte, materiais e estrutura física, essas coisas, mas a gente faz com tanto carinho, tanta dedicação, que a gente acaba superando um pouco isso, porque nós nos unimos para poder é... ir além do que nos compete, é isso. (Professor 8).

O trabalho em conjunto relatado acima pode ser considerado como o coletivo de professores, uma vez que para os professores há uma percepção de que sua presença causa uma inquietude no sistema socioeducativo, seja por parte dos agentes de segurança ou das regras institucionais, isso implica diretamente na atuação docente, conforme exposto no relato:

O professor é o agente que torna a Unidade, é... Que “desmantela” a segurança da Unidade, na visão dos outros, né. Então, qualquer “muído”, qualquer coisa, cai por cima do professor. “Porque o professor tá passando demais, porque o professor entra e sai, porque o professor isso ou aquilo”, e isso vai tomando o trabalho da gente, é... Difícil. (Professora 12).

Já em relação à jornada de trabalho, foi percebido que a mesma é aumentada, e as horas extras não são contabilizadas e convertidas em bonificação pelo aumento das horas trabalhadas, em decorrência de, geralmente, tal forma de atuação desgastante, atrelada ao fato de o cidadão ter um emprego na sociedade produtivista, mesmo que não seja de acordo com as condições estabelecidas por lei, já é tratado, de maneira fatalista, como ótimo, pois o mundo globalizado normaliza condições precárias de trabalho em detrimento da situação de crise social, em que o alto número de desempregados é uma realidade.

Marx (1848) pontua bem sobre esta questão, na inversão de valores que vem com a inserção de práticas liberais, ou neoliberais, dado o contexto atual, gerando desigualdades e condições insalubres, nas quais os docentes estão inclusos:

Eu posso tá... hoje mesmo, hoje eu dei 8 aulas e eu falei um monte de coisa de geografia, mas no fim quem sai aprendendo mais sempre sou eu, eu tô sempre no lucro com eles, quando é essa relação de sala de aula mesmo, que é o professor e eles, eu tô sempre no lucro (...) Então, é isso, eu tenho muito pouco tempo de casa. (Professor 5)

Portanto, é observável que, apesar da noção dos profissionais de que dispõem de pouco tempo para sua vida além- docência, mesmo assim existe a ideia de que eles é que estão no “lucro”. No entanto, na verdade, considerando, através deste exemplo, que foram 8 aulas em um dia, é necessário destacar que são feitas outras atividades que ultrapassam o ensinar em si, como o plano de carreira do socioeducador, as reuniões, o planejamento do plano individual de desenvolvimento do jovem, entre outros.

Categoria 2 - Saber docente

O saber docente é construído a partir das vivências dos educadores, de acordo com as concepções alicerçadas da docência e sua relação com o magistério e a expertise, como metodologias utilizadas na sala de aula. Tais metodologias, porém, não se tratam de técnicas aprendidas nas licenciaturas e cursos de formação na docência. Faz-se importante reconhecer a construção de um saber cognitivo, emocional, tácito, que engloba um saber

artesanal, que pode ser individual ou coletivo, com vistas a tornar o trabalho mais eficiente e menos causador de sofrimento para o professor.

Diante do relato abaixo, é perceptível que o saber-fazer docente é um fator crucial no desenvolvimento do vínculo docente-socioeducando, aliás, o relacionamento entre os dois é diferente da ligação entre jovem em conflito com a lei e outro funcionário do sistema, no sentido de que o professor é aquele com quem ele passa mais tempo, aprende, compartilha ideias, sonhos, valores e dores.

(...) e a gente tem uma troca muito bacana, eles tem uma carência muito grande de ser ouvido, de ter alguém que tenha atenção com eles, então a gente consegue estabelecer com eles uma relação muito boa, consegue estabelecer relações que outros profissionais da unidade socioeducativo não conseguem, (...) Então a gente consegue desenvolver com eles um laço afetivo muito especial, eu diria assim, laços que talvez a gente não estabelecesse com estudantes de outras escolas (Professora 12).

Portanto, o fio condutor do processo de aprendizagem é o vínculo criado, que apenas irá existir contanto que o lecionador tenha os conhecimentos e práxis significativas para este laço transparente, o qual contribui para a efetivação da medida socioeducativa, em referência ao fato de tornar o adolescente aquele que passa a deter autonomia, senso crítico e capacidade de refletir sobre o seu ato infracional, promovendo a mudança necessária.

Ademais, a empatia se mostra como um saber docente para a melhoria da sua atuação no Sistema Socioeducativo, no sentido de fomentar no professor um olhar mais humanizado, transformando-o em um facilitador do crescimento de seus alunos, já que existe a compreensão do contexto histórico-político e social que circunda o jovem, isto é, o olhar para ele além do conflito com a lei. Conforme relato abaixo:

Como eu queria que se tratasse meu filho aqui. Então, sempre tratei da melhor forma possível com o maior respeito possível, entendeu. Eu acho que todos nós, todos nós tem a empatia, porque a todo instante a gente tem que se colocar no lugar daqueles meninos. Ah dá trabalho demais, ah tá batendo grade, tá gritando, se você conversar tem um motivo que ele tá fazendo aquilo gente, ele não vai bater grade. (Professora 3)

Dessa forma, tal capacidade de compreender como o outro se sente, tentando pensar através de sua perspectiva, a partir da forma que é tratado, é utilizada pelos professores como mecanismo de exercício que permeia os Direitos Humanos. Nota-se também a tentativa de resolução de conflitos transpassados por meio do diálogo, pois em sua concepção, toda adversidade advinda do adolescente tem um motivo que pode ser entendido pelo exercício da empatia e da comunicação.

Se discute o direito à alfabetização como modo de construção de um agir protagonista, que reinsere o adolescente num contexto mais amplo, cidadão e que o permite uma socialização ancorada no usufruto de direitos sociais:

Às vezes ficam nervoso, aí não conseguem escrever, aí eu digo, olhe quando vocês forem assinar, quando vocês forem para justiça para assinar o processo, na audiência, (...) é só levar a colinha, leve o seu nome, não é feio não, você pegar e olhar no papelzinho e escrever, é mais bonito do

que colocar o dedo. Se vocês colocar todo dia olhar o nome de você, passar o dedo em cima já que não podem usar lápis, né? (Professora 14).

O papel do professor, muitas vezes, acaba por ser o principal ou único incentivador para que os jovens prossigam com o seu desenvolvimento educacional, em razão de terem contato mais próximo e representarem uma figura confiante e amistosa para os adolescentes. Por isso, não foi visto apenas, nos contextos explorados, os educadores terem uma formação e passarem pelo treinamento que trata das normas e regras de segurança destes ambientes antes de adentrarem a instituição, apreendeu-se também que os próprios possuem habilidades, conhecimentos socioemocionais que desencadeiam mudanças atitudinais, transformando-os e vestindo-os realmente com essas configurações de conselheiro, mãe e pai para os adolescentes.

Além do mais, o trabalho docente nas unidades de restrição e privação de liberdade não faz parte do currículo das instituições de formação inicial de professores (Carniato, Cruz, 2020). Então, além do que é comum na vivência do professor, surgem novos potenciais e desafios, além de formas para compreender as subjetividades das relações humanas e os processos educativos e formativos que desenrolam-se delas:

Mas aí com relação ao socioeducativo, a gente tem bastante essa necessidade de formações voltadas para o socioeducativo, até porque eu acredito que seja uma área pouco estudada né, a gente não temos como exigir formações se a gente não tem a pesquisa né, o que dar a sustentação pra uma formação é a pesquisa. Ir a campo pesquisar, trazer resultados pra poder a gente ter formações, mas o que a gente tem é mais formações é voltada pro modelo de escola e não para o sistema socioeducativo. (Entrevistado 4, coordenador pedagógico).

Categoria 3- Saúde mental e trabalho

As limitações envolvendo metodologias e as circunstâncias fora do controle do indivíduo podem influenciar negativamente a saúde mental e o bem-estar dos docentes, favorecendo circunstâncias prejudiciais à saúde mental e física dos mesmos. Após compreender sobre as condições de trabalho e o saber docente no Sistema Socioeducativo, é de extrema relevância aprofundar-se acerca do desenvolvimento da subjetividade do sujeito perante as condições do trabalho na perspectiva dos próprios professores, analisando aspectos como saúde mental e trabalho.

O trabalho do professor no Socioeducativo possui muitas adversidades em função das ações desempenhadas, da realidade encontrada no convívio com os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, além de uma responsabilidade como agente de ressocialização e resgate dos adolescentes. O docente, ao se adaptar às adversidades de suas funções, desenvolve estratégias de defesa que são as mediações ao sofrimento, no entanto, regularmente, as estratégias individuais são insuficientes frente ao contexto instável e fluido, somado à vivência cotidiana dos docentes, o que pode levar à degradação da saúde mental deste. Através da fala a seguir, pode-se observar o impacto que essa realidade causa nos docentes:

(...) É muito difícil você vir pra casa e deixar isso lá, entendeu? Não trazer isso pra família, não pegar essa carga que é negativa, a gente sabe que é, porque é muito violenta, é muito triste a realidade, né... (Professora, 14)

Levando em conta as peculiaridades do ambiente de trabalho do Sistema Socioeducativo, as atividades dos docentes podem ser consideradas como desgaste mental ou fontes de adoecimento quando trazem fatores de risco para a saúde e o trabalhador não dispõe de mecanismos satisfatórios para se proteger destes riscos, podendo levar a seu adoecimento:

Hoje eu tenho 98 kg, eu tinha 143. Eu, infelizmente, toda minha rotina psicológica, como saúde física foi alterada por escolha, eu decidi me entregar literalmente ao trabalho lá, porque só funcionava com aquela velha Pedagogia da presença e infelizmente alguns problemas pesados com relação à saúde, eu me dediquei ao ponto de adoecer. (Ex-diretor)

Portanto, diante da fala do ex-diretor, é possível relacionar às concepções marxistas de alienação do trabalho, já este vai para além de um meio de satisfação de necessidades humanas, apresentava-se, antes de tudo, como fonte de infelicidade, de esgotamento, de mortificação e de negação da condição de humanidade do próprio trabalhador.

Dejours (1998) teoriza que as relações de trabalho nas organizações, frequentemente, privam o sujeito de sua subjetividade, fazendo com que ele se torne uma vítima do seu trabalho, em função de que trabalhar não é apenas uma operação; ele é, também, uma maneira de relação social, em que ele se intensifica em um mundo definido por relações de desigualdade, de poder e de dominação (Dejours, 2004). Nesse sentido, a partir da fala abaixo, percebe-se como essa vivência propicia o isolamento do docente, onde é necessário engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, fazendo com que ele fique a mercê de preconceitos, os quais geram situações, conflitos que ultrapassam seu trabalho:

Quando eu entrei no Centro... dá só esse exemplo, quando eu entrei no Centro, eu acabei com um namoro que eu tinha porque a pessoa não aceitava que eu ia trabalhar com um “bandido”, aí você escolhe, a gente não vai no Centro vai cuidar de “bandido”, né, pra você ver o tamanho do preconceito que existe, tem com tudo isso e no começo, vocês podem puxar aí pela memória, que a gente nem dizia onde trabalhava, não sei se vocês lembram... a gente nem dizia, era tudo... a gente inventava um canto, outro, qualquer. (Professor 3)

Dejours (1998) enfatiza que o sofrimento é inevitável e ubíquo, ou seja, está em toda parte. Frente a isso, o trabalhador busca meios de defesa individuais e coletivos para um equilíbrio psíquico. No que se refere ao sofrimento docente, são desenvolvidas estratégias de enfrentamento para os desafios vivenciados no socioeducativo:

O maior desafio que a gente enfrentou e que não avisaram pra gente, que a gente teve que aprender na prática... e eu falei que foi a questão psicológica, porque... a gente se depara, né, é, com situações chocantes, com situações que a gente não pode trazer para o nosso lar... que a gente tem que separar no nosso fazer pedagógico, aquilo é um ser humano, aquilo é uma pessoa, independente do ato infracional que ele comentou, né, da atrocidade que pode ter vindo atrelado a esse ato... Então, isso foi muito difícil no início, não só comigo, todos os professores, né, porque...

são realidades muito, muito brutas, muito duras, muito rígidas. (Professora 14).

Nesse contexto, o trabalho dos professores nessas unidades pode formar ocorrências que causem adoecimento, físico e psíquico, dado que é um ambiente de demandas singulares e difíceis. Com isso, as atividades dos docentes no socioeducativo necessitam mais do que planos pedagógicos, abrangendo campos como momentos para descontração e tratamento de assuntos que passaram durante o expediente e que não puderam ser trabalhados pelo docente e coordenação pedagógica, possibilitando a resolução ou análise do que ocorreu e estratégias para lidar com a situação.

As questões do trabalho afetam diretamente não apenas a satisfação e motivação dos trabalhadores, mas, no caso do sistema socioeducativo, afetam diretamente as relações entre professor e aluno e entre docente e instituição, altamente permeadas por normativas punitivistas em que as regras se sobrepõem a outras questões psicológicas e intervenções que o amparem, considerando sua própria subjetividade, como também dos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o artigo buscou cartografar o trabalho docente e suas condições de trabalho no sistema socioeducativo a partir do cenário de duas cidades do interior do Nordeste. Também foram identificadas diversas práticas docentes compostas a partir do trabalho no sistema socioeducativo consequentes das ingerências da segurança e da educação pública.

A presente pesquisa, no cenário brasileiro, é vanguardista ao explorar o tema socioeducativo, tendo em vista que ainda apresentam-se escassas as informações que abordam o assunto no Brasil. Dessa forma, mesmo havendo o SINASE, o qual indica como deve funcionar o sistema socioeducativo, foi possível observar, a partir do estudo feito, que ainda existem problemáticas que prejudicam a atuação do professor, como as de condições de trabalho, as quais afetam o âmbito social, pessoal e a saúde do profissional.

Ademais, a socioeducação efetiva produz oportunidades para o jovem que passa pela medida, tendo o potencial de transformar sua vida e inseri-lo no mercado de trabalho. Por essa razão, a atuação socioeducativa é muito relevante para conquistar melhores condições tanto para a sociedade em geral, quanto para uma melhor qualidade de vida dos jovens com restrição e privação de liberdade e do seu ciclo social.

A produção de entrevistas na pesquisa cartográfica do sistema socioeducativo no cenário de duas cidades do interior do Nordeste, permitiu uma leitura de que as condições únicas da socioeducação e também as particularidades de cada ambiente afetam intensamente a trajetória da docência, como o desgaste físico e emocional gerado por uma alta demanda e uma extrapolação da jornada de trabalho; a delimitação e controle do abordado em sala de aula, como os jogos e assuntos restringem a criatividade do funcionário e sua autonomia, promovendo uma desmotivação em relação ao desenvolvimento das aulas; o déficit estrutural das unidades, a falta de material, a precariedade das salas e dos dormitórios são aspectos desmotivantes e que problematizam a continuidade dos processos educativos; e as exigências comportamentais de segurança para estes profissionais, os quais os colocam em estado de vigilância e pressão intensa.

Na perspectiva da docilização dos corpos, o poder disciplinar observado nas Instituições sujeita constantemente as forças das profissionais, desenvolvendo uma docilidade-utilidade. Com isso, o corpo acaba se tornando força de trabalho pelo sistema institucional, no qual, muitas vezes, o docente torna-se um meio para a lucratividade do sistema.

Dessa maneira, as dificuldades estruturais, a negligência estatal, a marginalização social, entre outras, são grandes empecilhos para o funcionamento correto das medidas socioeducativas. Trazendo dificuldades não só para os jovens que estão nesse sistema, mas também para os docentes que estão submissos a um sistema que não os auxiliam da devida forma.

Assim, cria-se um aspecto de importância ao evidenciar essas questões, principalmente dos educadores, pois é levantada uma discussão sobre as condições de sua atuação prática por meio de cortes de realidades tão pouco exploradas, o que espera-se que aumente as chances de gerar mais pesquisas e soluções para uma melhor atuação socioeducativa que beneficie a todos aqueles que se fazem presentes neste meio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 105-110, out. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85209/88048>. Acesso em: 30 de mai. de 2022.

BASTOS, A. *Do infrator ao delinquente: o biográfico em ação*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, ECA. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2021.

BRASIL, SINASE. *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BLEGER, J. *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. 1ª edição. Editora Paidós. 2004.

BORSOI, I. C. F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. *Psicologia & Saúde*, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400014>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CARNIATO, M. H. T; CRUZ, T. M. *O trabalho docente e o atendimento socioeducativo nos espaços de privação de liberdade em Tubarão/SC*. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16210>. Acesso em: 04 jun. de 2022.

CODO, W. *Educação: carinho e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. Production [online], v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>. Acesso em: 10 Out. 2022.

ESTEVE, J. M. *Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: Edusc, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

GOFFMANN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4. ed. Editora LTC, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

HASHIZUME, C. M. *Trabalho docente e precarização nas relações laborais da educação: uma abordagem crítica*. Curitiba: Appris editora, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Rb_SwNo5G1OGZkBWDef9tixfqhUqiL3B. Acesso em: 07 jun. 2022.

LANDINI, S. R. Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. *Colloquium Humanarum*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 08–21, 2008. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/222>. Acesso em: 8 jun. 2022.

LEMOS, J. C. *Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários*. Florianópolis: UFSC, 2005 - Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Machado, Roberto. Por uma Genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Marx, Karl. *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. 1 ed., 1843. Editora: Lisboa, 1993.

Informações do(a)s autor(a)(es)

Nome do autor: Cecília Raquel Climério da Costa
Afiliação institucional: Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: ceciliaraquelclimerio1@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1713-4884>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8339123940849128>

Nome segundo autor: Maria Clara Hilário Toscano Meneses
Afiliação institucional: Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: mclarahtm@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4997-5365>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3299664581566060>

Nome terceiro autor: Cristina Miyuki Hashizume
Afiliação institucional: Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: cristina.mhashizume@servidor.uepb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9772-2672>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2593620066613335>